

Ana Maria Marques*

REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECER NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Resumo: Este trabalho busca analisar mudanças discursivas construídas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, em torno de questões do envelhecimento. Nestas três décadas a velhice foi colocada como um problema devido ao crescimento populacional, que ampliara a expectativa de vida em contraste com os índices de natalidade. A preocupação deste crescimento, que estaria a transformar países capitalistas em países “de velhos”, mobilizou vários segmentos sociais no sentido de garantir “qualidade de vida”. O Brasil é contemporâneo deste movimento que tira o “velho” da invisibilidade, passando pelo processo da cidadania, e o constitui como sujeito idoso “autônomo”. O gênero construiu importante divisor de comportamentos de uma geração que envelheceu.

Abstract: This paper examined changes discursive built during the 1970s, 1980 and 1990, around issues of aging. In the last three decades, old age has been considered a problem due to the demographic growth, which has increased life expectancy in contrast to birth rates. The concern with that growth, that would be turning capitalist countries into countries of “old people”, has mobilized several social segments in order to guarantee “life quality”. Brazil is contemporary of this movement that brings the “old person” out of the invisibility through the citizenship process and constitutes him/her as an “autonomous” aged person. The the gender constructed important behavior divisors of an aging generation.

Palavras-chave: envelhecimento, gênero, **Keywords:** aging, gender, generation. geração.

São muitas as questões que envolvem o subjetivo processo de envelhecer. Aproveito a lição de Walter Benjamin¹, quando diz que o historiador “consciente” é aquele

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Docente do departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

¹ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. 4. ed. Vol.1. São Paulo: Brasiliense.

que capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior. A dificuldade passou pelo fato de que a época escolhida para minha pesquisa fora também tão presente. Muitas das minhas fontes estavam vivas, literalmente, interagiram e até obstruíram alguns caminhos que poderiam ser ampliados ou esclarecidos – refiro-me em especial às pessoas que não quiseram gravar entrevista ou mesmo as que depois de gravar, não concordaram em tornar público seu depoimento por alegarem não se reconhecerem na transcrição da fala, ou ainda aqueles que fizeram as “arrumações” no seu testemunho escrito para torná-lo mais agradável aos seus “caprichos”. Mesmo assim, numa “tentativa lógica de invenção das fontes”², como sugere Danièle Voldman, foi possível adequá-las à minha pesquisa.

Reencontrei-me, durante o tempo da pesquisa, com pessoas de meu convívio, falecidas quase todas, mas vivas no imaginário das minhas experiências. Os sujeitos que dão vozes às fontes que utilizei foram, de certa maneira, meus contemporâneos, pois eu vivi a década de 1970, de 1980 e de 1990, embora com outras interpretações e entendimentos. Para mim, certamente nos anos setenta existiam mais velhos/as do que hoje, apesar de eu saber que numericamente eles/as estão em maior quantidade. Lembro-me que, quando eu era criança, considerava que não tinha problema se o mundo acabasse no ano 2000 (volta e meia esse tipo de profecia apocalíptica aterroriza as crianças, e até muitos adultos), pois eu já teria vivido muito, já seria uma velha (eu achava que minha mãe, aos trinta, o era). O mundo não acabou e eu não envelheci, considerando os diferentes contextos.

Meu campo empírico foi obtido através de jornais, de revistas, de monografias da gerontologia, além das raras pérolas dos testemunhos. Por se tratar de uma história recente, encontrei muito material impresso, já publicado em endereços eletrônicos (como no caso de leis e decretos, além do que informam algumas instituições). Há atualmente, uma vasta bibliografia sobre envelhecimento, apesar de, no campo da história, existirem ainda poucas pesquisas. A história tradicionalmente utiliza o velho como suporte de memória³, e não foi esta a minha abordagem. Eu quis, com este trabalho, compreender

² VOLDMAN, Danièle. “A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.256.

³ Só para citar um clássico que, apesar de não ser trabalho de história e sim de psicologia social, foi e ainda é muito referenciado quando o assunto é memória: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2.ed.São Paulo: EDUSP, 1987.

como e por que sujeitos envelhecidos se tornam objeto e produção de discursos que são, por sua vez, traduzidos em práticas de construção de si e de uma época.

O envelhecimento, enquanto uma questão-problema para a história, tem, certamente, historicidade, pois, parafraseando o historiador Georges Minois⁴: se os historiadores não se interessavam pela velhice em tempos mais remotos era porque as fontes estavam integradas à documentação sobre os adultos e as sociedades antigas não dividiam a existência como fez a modernidade. Essa necessidade de categorizar a vida em fases foi uma preocupação moderna. Philippe Ariès reforça essa idéia, quando fala sobre o sentimento burguês de infância. Diz ele: “a partir do século XVIII, as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte da educação, da reputação e da fortuna”⁵. As pessoas sobre as quais Ariès escreve, são européias, francesas, mais especificamente, e este sentimento burguês, nem sempre foi compartilhado em todas as organizações sociais, mesmo em sociedades modernas. Todavia vale pensar que as preocupações com a infância relegaram à velhice, entendida como inativa e improdutiva, um lugar inferior na escala de preocupações vitais na modernidade. O velho passou a ser visto como ultrapassado, obsoleto ou objeto de museu que deveria ser conservado por respeito – por isso o termo, hoje, é tão carregado de um sentido pejorativo.

Um paradigma da modernidade dividiu a vida em fases – valorizando uma (a fase adulta e produtiva) inventando outra (a infância) e minorizando a fase do envelhecimento. Essas separações da vida em fases também têm seus correspondentes em idades. Todavia, sem me prender a este modelo excludente, prefiro trabalhar com o conceito de geração, enquanto “um tipo particular de situação social”, nas palavras de Karl Mannheim. Segundo ele, geração é um “problema sociológico”, um “produto cultural” derivado da história das relações de situação nas quais surgiu e se transformou em tradição⁶. Guita Debert considera que “as gerações são geradas na família, as idades são institucionalizadas política e juridicamente”⁷. Apesar de recorrente a correspondência do binômio idade/geração, como

⁴ MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente: da antiguidade ao renascimento*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1999. Publicado originalmente pela Librairie Fayard, em 1987, sob o título *Histoire de la vieillesse*. Minois é historiador das mentalidades, membro do Centre International de Recherches et d'Études Transdisciplinaires.

⁵ ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, p. 274.

⁶ MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 69-72.

⁷ DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004, p. 49.

se faz com sexo/gênero e raça/etnia, existe entre essas categorias que se encontram, uma diferenciação. Para Debert, as gerações são menos marcadas pelas idades e mais pelas vivências compartilhadas que marcam trajetórias passadas e futuras. Geração estaria no aspecto mais da construção cultural, enquanto a idade cronológica obedeceria, nas sociedades ocidentais, a critérios e normas por exigência das leis que determinam os direitos e deveres do cidadão – um “mecanismo básico de atribuição de *status* (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de papéis ocupacionais (direito à aposentadoria)”⁸. Mesmo considerando que as leis e instituições são produtos da cultura, o que torna difícil compreender facilmente esta separação, existem elementos que interferem na identidade de gerações: relações de classe, de gênero, étnicas, religiosas, etc. Diferentes experiências são vividas e representadas diferentemente pelos grupos sociais.

Jean-François Serinelli também concorda que exista o “fato cultural” e um sentimento de pertencimento a uma época que marca a geração, e acrescenta:

[...] haveremos de convir que o uso da geração como padrão exige vigilância e precauções. Essa objeção provém precisamente de tudo o que precede. Certamente a geração, no sentido “biológico”, é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da auto-proclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, e a constatação vai no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula⁹.

Mannheim diz que existe uma “unidade de geração”, bem como princípios formadores que estabelecem ligação entre indivíduos espacialmente distantes - uma geração pode participar de um destino comum no qual vários indivíduos partilham um padrão de acontecimentos, mesmo que cada um se relacione com suas experiências¹⁰. Entendo, aqui, a “experiência”, como Joan Scott: não como a evidência do conhecimento e sim como elemento para explicar como esse se produz. É preciso, então, segundo Scott, historicizar as

⁸ DEBERT, Guita Grin. Op.cit. , p.46.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 133.

¹⁰ MANNHEIM, Karl. Op.cit., p.87-89.

experiências e as identidades que ela produz¹¹. “Experiência”, este “termo ausente” nas abordagens marxistas, nas palavras de Thompson quando criticava especialmente a perspectiva de Althusser, pode ser este “ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis”¹².

As experiências, bem como as identidades, são produzidas nos e através dos discursos. Não é possível, pois, desconsiderar a força da linguagem na constituição dos sujeitos, que por sua vez, constroem suas identidades nos processos de subjetivação. As três últimas décadas do século XX, que é o meu recorte temporal de análise, foram repletas de eufemismos: o/a velho/a não deveria mais ser chamado assim, criou-se todo um aparato discursivo construído ao mesmo tempo em que as pessoas estavam envelhecendo, experimentando e construindo seus processos de envelhecer, no conflito de não ser ou não se sentir velho/a. Os sujeitos construía suas identidades sobre e na velhice, suas experiências serviam às novas experiências, ao mesmo tempo em que construía uma nova maneira de o outro olhar para aqueles que as experimentavam. O espectador – aquele que fala sobre, com e para o sujeito envelhecido, também estava no entorno das suas experiências (médicas, educacionais, mercadológicas, entre tantas), tanto quanto os pesquisadores de hoje, que assim como eu, percebe-se inserido no seu contexto de época e de construção de subjetividades. Nas palavras de Michel Foucault:

[...] esses jogos [discursivos] não são impostos de fora para o sujeito, de acordo com uma causalidade necessária ou determinações estruturais; eles abrem um campo de experiência em que sujeito e objeto são ambos constituídos apenas em certas condições simultâneas, mas que não param de se modificar um em relação ao outro, e, portanto, de modificar esse mesmo campo de experiência.¹³

Devemos considerar, como sugere Stuart Hall, que houve uma explosão discursiva sobre identidade nos últimos anos, e que talvez devêssemos entendê-la “sob rasura” (ele se remete à idéia de pensamento intervalar de Derrida), pois muitas vezes a identidade foi tomada como conceito essencialista, como se houvesse uma identidade integral. Todavia,

¹¹ SCOTT, Joan. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999, p.27.

¹² THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Ou um plenário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.183.

¹³ FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.238.

ele sugere que entendamos a identidade, como um conceito estratégico e posicional – não como um “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”¹⁴. As identidades são mesmo paradoxais, já dissera Joan Scott: “Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão e a percepção plena da sua individualidade”¹⁵, por exemplo.

Os eufemismos das três últimas décadas do século XX e, sobretudo, da década de 1980, buscaram novas maneiras de identificar o envelhecimento, trouxeram um repertório de novos tratamentos: “terceira idade”, “melhor idade” e, no termo oficial dos textos legais, convencionou-se utilizar a palavra “idoso” ou “idosa” para se referir às pessoas acima dos 60 anos de idade. Idoso/a: pessoa que tem muita idade. Apesar de os dicionários não descartarem a palavra “velho” como sinônimo, podemos considerar que idoso/a tornou-se uma convenção formal – o politicamente correto, e nos atropelos de tratamento, com um apelo à própria negação do estereótipo da decrepitude, inatividade, ou mesmo, invisibilidade.

Tomaz Tadeu da Silva diz: “A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir [...] dizer ‘o que somos’ significa dizer ‘o que não somos’”¹⁶. A identidade geracional fora marcada por esta afirmação do envelhecimento como um fato que atinge a todos e que ninguém precisaria mais ter medo ou vergonha de envelhecer, porque as conseqüências nefastas da velhice podem ser evitadas ou adiadas. O aparato discursivo que criava a identidade do idoso/a negava, por sua vez, o termo velho/a – tornou-se um pejorativo. A designação “velho” carrega o estereótipo do ser improdutivo, inativo, criado pela sociedade moderna, que colocou no trabalho o sentido da dignidade humana. Mara Rúbia Sant’Anna cita termos com os quais se pode praticamente traçar uma cronologia:

[...] *velhinho, desvalido, inativo, gerontino, idoso, membro da terceira idade* são termos que permitiram, em circunstâncias históricas precisas, de forma distinta, identificar certas pessoas, cujos significados, além de

¹⁴ HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-109.

¹⁵ SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. In *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC. Vol. 13. n.1, 2005, p.15.

¹⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.82.

representarem o velho por aspectos diferentes, também lhe atribuíram espaços e estatutos diferentes.¹⁷

A autora, nesta sua obra especificamente, esclarece que sua delimitação não é o “desvalido” do começo do século XX, nem o “membro da terceira idade” do final do milênio, mas sim o “inativo” – o “velho cidadão trabalhador”, como, segundo ela, foi definido durante a década de 1960 – um intervalo que teria separado a argumentação caritativa e a científica¹⁸. Devemos considerar o peso do gênero na linguagem, já que o cidadão trabalhador aposentado na década de 1960, e ainda na seguinte, era, em grande maioria, homem, pois, só ao longo da década de 1970, a previdência incorporou os contingentes que até então não recebiam nenhum tipo de cobertura, como: empregados/as domésticos/as (1972), trabalhadores/as autônomos/as (1973), maiores de 70 anos de idade e inválidos não-contribuintes (1974), trabalhadores/as rurais (1976). Até a década de 1960, predominavam as aposentadorias provenientes dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), criados a partir da década de 1930, no governo Getúlio Vargas. Esses fundos de aposentadoria eram recolhidos por categorias profissionais, então, foram criados os de marítimos (IAPM), de bancários e comerciários (IAPB e IAPC), de industriários (IAPI), de estivadores (IAPE), de empregados de transportes e cargas (IAPETC), de ferroviários e servidores públicos (IAPFESP). Com a ditadura militar, em 1964, houve uma intervenção do governo nestes institutos e uma unificação do sistema previdenciário – resultando na criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), em 1966¹⁹. Ao considerar as profissões, podemos inferir que, para a época, tratavam-se de profissões essencialmente masculinas e urbanas – consequentemente, o aposentado na década de 1960, era, salvo raras exceções, homem. Este aposentado ganhou cidadania, com direitos e inserção no mercado de consumo. Conclui Mara Rúbia Sant’Anna, sobre esta época: “[...] o Estado delimitou um espaço social para o velho na sociedade de então, que só adquiria importância e distanciava-se do asilo, na medida em que ele fosse um cidadão.”²⁰ A aposentadoria deu

¹⁷ SANT’ANNA, M. R. *O velho no espelho: um cidadão que envelheceu*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000, p.18

¹⁸ SANT’ANNA, M. R. Op.cit., p.24.

¹⁹ As informações sobre o sistema de aposentadorias nas décadas de 1960 e 1970, foram resumidas de:HOCHMAN, Gilberto. Previdência e Assistência social nos Anuários Estatísticos do Brasil. In: *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p.172-174.

²⁰ SANT’ANNA, Mara Rúbia. Op. cit., p. 172.

status de cidadania a esta população envelhecida – inicialmente, em sua maioria, composta por homens, mas logo em seguida acrescida das mulheres.

Segundo dados de Ana Amélia Camarano²¹, em 1980, 31,6% das mulheres idosas eram “chefes de família”, aumentando para 42,6 o percentual dessas em 2000. Também, em 1980, 39,2 % das mulheres recebiam benefício social e, em 2000, as beneficiadas pelas aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais compunham um percentual de 76,6%. O aumento na proporção de mulheres “chefes de família” reduziu a dependência das mesmas sobre a família e colaborou com a tendência crescente de mais mulheres que homens optarem por viverem sós, especialmente nos casos de viuvez e ausência dos filhos (por morte, conjugalidade ou por não os possuir). Do universo de 75% de mulheres idosas que recebiam benefícios da Seguridade Social em 1980, apenas 10% trabalharam na economia formal e contribuíram durante sua vida adulta. A maior parte desses benefícios era proveniente da aposentadoria rural, um indicativo da não contribuição para a Seguridade Social. Outra parte dessas mulheres recebia pensão por viuvez, outra evidência de que o benefício não é resultado de contribuição de parte do rendimento do trabalho formal, mas sim pela condição conjugal. O Sistema de Seguridade Social, conclui Camarano, serviu e tem servido como redistribuidor de renda e suporte à população idosa, não só para aqueles que trabalharam no mercado formal e contribuíram para a sua aposentadoria, mas para as mulheres idosas (incluíam-se, então, trabalhadoras domésticas, rurais e pensionistas).

“[...] o envelhecimento torna-se, realmente, uma questão global e particularmente ‘feminina’”, diz Alda Britto da Motta²². E os grupos de “terceira idade” contribuíram em muito para dar visibilidade a essas mulheres, pois são em grande maioria constituídos por idosas. Esta população tornou-se, todavia, objeto de discurso (das instituições e do Estado) ambíguo - protecionista e temeroso – além de descoberta como nova e promissora fatia de mercado consumidor. Denise Sant’Anna fala²³ da tendência global, pós-década de 1970, de considerar o corpo um “equivalente de riqueza” e a velocidade, uma condição de sucesso. Logo, os corpos devem ser mais ágeis, mais magros e, eu acrescentaria, mais jovens e

²¹ CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? In: Revista Estudos Avançados 17 (49), São Paulo: Edusp, dez.2003.

²² MOTTA, Alda B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: Cadernos Pagu 13. Campinas/São Paulo, 1999, p.208-209.

²³ SANT’ANNA, Denise B. *Corpos de passagem*: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.25-28.

saudáveis, mesmo que envelhecidos. Aquele que quer se desvencilhar do peso de tudo, conclui Sant'Anna, “teme carregar muito corpo, muita memória, muita identidade. E se vê ameaçado constantemente pela vertigem da compulsão consumista e pela depressão aniquiladora. [...] a naturalidade do envelhecimento do corpo desaparece”. A autora diz também que, a partir da época moderna, o corpo não é mais o que é, e sim o que tem – não mais o “espelho da alma”, mas “convertido em boa forma”, “noção estética caricatural”, um corpo que não tem vida eterna. Valores como liberdade, democracia e cidadania são definidos como conseqüências do consumo²⁴.

As áreas do conhecimento, ligadas à saúde física (Medicina, Educação Física, Nutrição), destacaram-se neste cenário da preocupação com um envelhecimento saudável. O corpo, como cuidar dele, passou a ser questão *sine qua non* no entendimento do envelhecimento. Se ser velho era estar “enferrujado/a”, “duro/a”, “decarquilhado/a”, “vencido/a”, como aparecem nas representações dos corpos pelos entrevistados por Patricia Alborghetti²⁵, o idoso, neste processo de construção mais recente de seu envelhecimento, procurou ou foi incentivado a dar funcionalidade ao seu corpo.

Este dinamismo dos corpos que atravessa o sentido da “terceira idade” tem sido abordado por diversas áreas. E neste sentido, trouxe para esta pesquisa a Gerontologia, que surgiu preocupada em estudar os processos de envelhecimento, mesmo que inicialmente mais descritiva, como acusa Simone de Beauvoir²⁶. Este “Frankstein”, nas palavras de Alda Brito da Motta²⁷, que não podemos definir especificamente como uma área de conhecimento ou uma disciplina, pois há um amplo debate sobre a gerontologia, que assumiu um caráter multidisciplinar e acompanhou a construção do que se convencionou chamar “terceira idade” - um eufemismo do envelhecimento criado a partir da década de 1960, que tomou força nas três décadas seguintes. Várias publicações de gerontólogos estão voltadas à idéia do dinamismo dos corpos na velhice. No ambiente acadêmico, vários são os projetos nessa direção.

²⁴ SANT'ANNA, Denise B. Op.cit., p. 107-122.

²⁵ ALBORGHETTI, Patricia França. *Envelhecimentos e conjugalidade: um estudo de gênero com casais idosos em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2003. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), p. 45.

²⁶ BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

²⁷ Esta expressão foi verbalizada pela antropóloga da UFBA, em Mesa Redonda intitulada “Gênero, gerações, subjetividades, no dia 09/10/2002, quando Alda Motta apresentava seu trabalho no VI Simpósio Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis. Na ocasião, ela falava de sua pesquisa sobre os “velhos velhos” (para

Os gerontólogos aparecem como “agentes da política do corpo”, eles compõem este “mosaico” de “trabalhadores sociais” envolvidos com as emergências sobre o envelhecimento. Elementos na teia que envolve filantropia, medicina, Estado – poderes. Nessa interpretação foucaultiana, vale ressaltar que: “O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas”²⁸. E, é no aparato discursivo, que não pertence a alguém especificamente, mas que tem materialidade, que se encontram os saberes e poderes. No plano social existe também uma apropriação discursiva²⁹. Foucault sugere quatro princípios para análise do discurso³⁰: 1) de “inversão”, que leva em consideração o não dito, o “jogo negativo do recorte” que exclui, em vez de considerar a continuidade que expressa uma vontade de verdade; 2) de “descontinuidade”, considerando que os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”; 3) de especificidade, concebendo “o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso”; e 4) de exterioridade, pois existem momentos de “aparição” e “regularidade” discursiva.

O termo “terceira idade” aparece nesta teia discursiva de sentidos para os envelhecimentos que analiso neste trabalho. Segundo Clarice Peixoto³¹, o conceito de *troisième âge* teve origem nas modificações político-administrativas introduzidas na França, na década de 1960, que passaram a associar a velhice à arte de bem-viver. Este conceito de terceira idade, faixa etária entre 60 e 80 anos de idade, aproximadamente, trouxe consigo o signo do dinamismo dos “jovens idosos”. Enquanto isso, os “idosos velhos”, a partir dos 80 anos, comporiam uma quarta idade, e essa etapa sim estaria associada à imagem tradicional da decadência ou incapacidade física. No Brasil, aparentemente a noção de “quarta idade” acaba se subsumindo nos discursos sobre a “terceira”, ou seja, houve um investimento discursivo mais acentuado ao dinamismo, à mobilidade, à autonomia dos idosos do que efetivamente uma preocupação com a

diferenciar dos “velhos jovens”, associados à terceira idade), estes estariam numa fase acima dos 80 anos de idade. A antropóloga prefere utilizar o termo “velho”.

²⁸ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.152.

²⁹ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.43.

³⁰ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.51-53.

³¹ PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos

decadência física (motricidade e memória), apesar da visibilidade que a doença de Alzheimer³² permitiu discutir. Os discursos recorrem mais às vantagens do consumo, retiram do sujeito até mesmo o direito à morte, pois aceitar a morte seria negar o saber médico³³. Aceitar a decrepitude e a solidão seria como uma morte anunciada.

Norbert Elias denuncia: “Nunca antes as pessoas morreram tão silenciosa e higienicamente como hoje nessas sociedades, e nunca em condições tão propícias à solidão.”³⁴ Ele fala do afastamento da criança dos mortos comparando com “antigamente”, quando as crianças acompanhavam o moribundo e sua conseqüente morte. Lembra que os próprios cemitérios afastam a idéia de morte quando transformados em jardins. Diz também que, apesar do sonho do elixir da vida ser muito antigo, em nossos dias assumiu uma “forma científica – ou pseudocientífica” e acrescenta: “A constatação de que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com a ajuda da medicina e da previdência, e pela esperança de que isso talvez funcione”³⁵. Denise Sant’Anna corrobora este pensamento quando fala das outras relações com o corpo que experimentam os pacientes hospitalares, pois deixam ali de ser responsáveis pelo seu corpo, para serem retalhados em cuidados e especialidades de estranhos. Ela compara os pacientes de um hospital a uma viagem de avião, cujo destino está entregue à companhia aérea, desde o momento do embarque³⁶.

É fato que as numerosas tecnologias médicas permitiram um aumento na expectativa de vida, sobretudo nos países economicamente desenvolvidos e também no Brasil. Segundo dados retirados do censo demográfico atual, no Brasil, a faixa populacional de pessoas com mais de 60 anos chega ao percentual de 8,3% da população, completando um total de 13 milhões, dos quais um milhão e 200 mil pessoas ultrapassaram os 80 anos. Este aumento da

antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³² Em 6 de agosto de 2003, a Revista Veja publicou uma matéria sobre o tema. Informava que o mal de Alzheimer atingira cerca de 20 milhões de pessoas no mundo, dentre essas, um milhão delas no Brasil. Todavia, a autora da matéria, Karina Pastore, dizia que o Alzheimer é “um mistério para a ciência”, apesar de cientistas apontarem alguns processos que levam os neurônios à morte. A revista seguinte, na sessão de cartas, apontava para a identificação de mais de cem leitores que escreveram à redação contando suas experiências com portadores do mal que, nas palavras da jornalista, conduz uma pessoa “ao nada absoluto”.

³³ FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 49.

³⁴ ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos – seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 98.

³⁵ ELIAS, N. Op. cit. p.56.

³⁶ SANT’ANNA, Denise B. Op.cit., p.33-37.

população idosa mobilizou vários segmentos da sociedade a pensar a velhice criando novos significados, envolvendo políticas, interesses econômicos e de grupos.

A esperança de vida da população feminina entre os idosos cresceu significativamente nos últimos anos. Em 1980, a esperança de vida das mulheres, em média, era de 65 anos, enquanto a dos homens era de 57 a 58 anos de idade. Em 2000, as mulheres aumentaram para 8,7 anos a diferença de expectativa de vida em relação aos homens. Entre essa população idosa feminina incide os fatores de classe e etnia. Do contingente de oito milhões de idosas, aproximadamente cinco eram brancas e o restante foi denominado como pardas ou pretas, em 2000, pelo IBGE. Se as “brancas” tiveram mais chances de envelhecer foi porque o fator econômico lhes propiciou melhores condições de vida e, conseqüentemente, de longevidade. O fato dos/das idosos/as terem aposentadorias garantidas, compulsoriamente a partir dos 70 anos de idade, pela Constituição de 1988, mesmo que não tivessem contribuído para a Seguridade Social, privilegiou as mulheres. Essas, segundo dados do IBGE de 2000, vivem nove anos a mais que os homens em média e se aposentam cinco anos antes por conta dos mecanismos de compensação, garantidos por lei, justificados em parte pelo custo da ausência no mercado de trabalho que as mulheres têm de arcar em seu período reprodutivo, mesmo que muitas destas não tenham filhos ou tenham tido menos filhos que as mulheres contabilizadas em 1980, segundo a demógrafa Ana Amélia Camarano³⁷. É bom lembrar também que a expectativa de vida no sul do Brasil tornou-se maior. Enquanto a média nacional era de 68,6, em 2000, Santa Catarina alcançou os 71,3 em média, sendo que as mulheres chegaram aos 75,3 anos de idade³⁸.

A experiência de participar de grupos de terceira idade, tem mostrado que muitas mulheres revolucionaram um comportamento padrão, estereotipado, especialmente relacionado às idosas, tradicionalmente ligado à vida doméstica, ao cuidado para com os netos, ao marido ou à casa. Estes/as idosos/as, dos denominados grupos de terceira idade, inserem-se numa concepção de solidariedade orgânica, a qual, segundo Michel Maffesoli³⁹ favorece a emoção comum, conforta o sentimento coletivo e, por isso, fortifica o vínculo comunitário. O que o autor denomina de “tribalismo pós-moderno” está relacionado a esta

³⁷ CAMARANO, A.A. *Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?* Revista Estudos Avançados. 17 (49). São Paulo: Edusp, 2003.

³⁸ Ministério da Saúde. Rede Intergeracional de Informações para a Saúde. Indicadores Demográficos, 2001.

³⁹ MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995, p. 47-48.

emergência da felicidade partilhada, tribal, pois “o que prevalece não é mais o indivíduo, isolado na fortaleza de sua razão, mas o conjunto tribal, que se comunica ao redor de um conjunto de imagens que consome com voracidade”⁴⁰. A dinâmica dos grupos de “terceira idade” propiciou outras sociabilidades, engendradas em redes de solidariedade, companheirismo e produção da existência, pois, nessas associações, as mulheres não só se divertem, mas também trabalham.

Os trabalhos manuais, o “correr atrás” para vender rifas, são exemplos de que elas criaram alternativas de financiar o custeio dos passeios e festas que organizam. Estas maneiras de viver a velhice nos grupos, que acabam por promover certo espírito de rejuvenescimento, recorrem ao expediente confuso de associar velhice com produtividade. Isolda Belo⁴¹ chama a atenção de que, enquanto o idoso é visto como produtivo, escamoteia a sua própria senescência. Nos grupos, no entanto, as mulheres encontram um mote de liberação que as anima a pensar mais em si, já que até então “viveram para a família”. Alda Motta diz que esta suposta “liberdade geracional” pode ser entendida como “liberdade de gênero”, pois se as mulheres envelhecidas podem sair, passear mais do que fizeram na juventude é porque também não são mais atraentes, não reproduzem, não precisam se preservar⁴².

Um dos objetivos desta pesquisa é perceber como se constroem as relações de gênero através dos discursos. As mulheres idosas constituem a maioria arrasadora dos participantes de grupos de “terceira idade”, herdeiras, de certa maneira, das redes de filantropia, assistencialismo e caridade religiosa. Os homens idosos estão mais voltados às associações de pensionistas, mesmo fora do mercado de trabalho eles ocupam espaços públicos, nas reuniões de praça ou de bares. Suas histórias de vida constroem experiências divisórias nas relações de gênero e nas identidades geracionais. Nas palavras de Joan Scott⁴³, a “identidade está amarrada a noções de experiência” e “não está confinada a uma ordem fixa de significados”.

⁴⁰ Idem, p.145.

⁴¹ BELO, Isolda. Velhice: anatomia política dos discursos dominantes. In: *Ciência & Trópico*. Recife, v. 24, n. 1, p.39-56, jan/jun. 1996, p.43.

⁴² MOTTA, Alda Brito. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴³ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A.; LAGO, Mara C. de S.; Ramos, T. (orgs.) *Falas de Gênero*. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1999, p. 40e 48.

Nos grupos, as mulheres buscam e encontram identificação, mesmo que seja para fazer coisas que antes não faziam. A identidade, como define Homi K. Bhaba⁴⁴, pode ser intervalar, fronteira, revelar uma existência insurgente e intersticial da cultura. Por isso o autor enfatiza a necessidade inovadora de ir além das narrativas e focalizar momentos ou processos que dão início a novos signos de identidade.

Sobre as produções discursivas a cerca do envelhecimento, Guita Grin Debert⁴⁵ atenta para os problemas provenientes de representações que produzem um processo de reprivatização da velhice transformando-a em uma responsabilidade individual. Pensando-se as questões discursivas, é bom lembrar, à luz de Foucault, o quanto estes freqüentes apelos à “qualidade de vida” estão mais para o controle da vida.

A França, que tanto serviu de referência às políticas públicas para a senescência, teve que explicar junto às opiniões divididas o fato conseqüente de uma forte onda de calor⁴⁶ ocorrido no ano de 2003, quando no verão morreram cerca de 13 mil idosos. Os hospitais, os bombeiros, não deram conta de socorrer as pessoas que estavam morrendo em casa, sozinhas – o motivo? O forte calor, em princípio, mas a polêmica era justamente sobre o preço que as pessoas idosas estavam pagando pela sua “autonomia”.

Os feminismos têm aberto um leque de opções para se pensar como se constroem os sentidos de feminilidades e masculinidades. Essas opções, no entanto, em algumas correntes, fazem uma convergência com outras, como quando pensamos o feminismo da igualdade em contraposição ao da diferença. Linda Nicholson sugere uma “política de coalizão”, que abarque a diversidade do feminismo, articulando diferentes reivindicações dos grupos que, dentro de seus contextos e interesses específicos, possam temporariamente se unir. Afinal, como ela conclui⁴⁷:

Talvez seja hora de assumirmos explicitamente que nossas propostas sobre as “mulheres” não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver.

⁴⁴ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁴⁵ DEBERT, G.G. Envelhecimento e curso da vida. In: *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 5., n.1, 1997.

⁴⁶ *Journal Le Monde*. Artigo publicado em 31 de agosto, 2003. Por Jean-Yves Nau.

⁴⁷ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Yves Nau*. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 8. Vol.2, 2000, p. 38.

Sandra Harding sugere: “As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais.”⁴⁸. Portanto já não se pode mais pretender pensar a mulher como um universal, como se fez com o homem. Thomas Laqueur⁴⁹ lembra como é absurdo pensar que só a mulher tem gênero e que o corpo do homem tenha sido criado numa tradição cultural em que sua história não foi pensada.

Recorro a muitas áreas do conhecimento e, especialmente, à antropologia. Devo estar embuída desta tendência da história cultural que, desde a década de 1960, promoveu uma “virada em direção à antropologia”, como conta Peter Burke⁵⁰. Meu debate com historiadores é, então, limitado, sobretudo, porque ainda são relativamente poucas as pesquisas em História que podemos considerar do “tempo presente”. Quando da criação do IHTP (*Institut d’Histoire du Temps Présent*), em 1978, Jacques Le Goff reafirmava que a história do presente é frequentemente melhor feita pelos sociólogos, politicólogos, alguns grandes jornalistas, que pelos historiadores. Pensava-se que o campo dos historiadores era o do passado que os próprios não puderam viver. A história do tempo presente tem trazido para as pesquisas históricas estes questionamentos sobre a presença física do historiador em “seu tempo” e em “seu tema”, questões essas levantadas aqui por Agnès Chauveau e Philippe Tétard⁵¹.

A identidade do sujeito que envelhece, a partir da década de 1970, no Brasil, construiu-se em um aparato discursivo (de mídia, de imagens, de discussões em eventos científicos, no âmbito de ações governamentais e não governamentais) – objeto desta pesquisa – discursos que construíram estes “corpos de papel”, utilizando uma expressão de José Luiz Fiorin ao analisar o texto que está nas imagens fotográficas e nas mídias impressas. Segundo ele, o corpo está presente no discurso e “a maneira de dizer revela uma maneira de ser, uma *hexis corporal*”⁵².

⁴⁸ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis. UFSC. v.1,n.1/1993, p. 11.

⁴⁹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2001, p. 32.

⁵⁰ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005, p.44.

⁵¹ CHAUVEAU, A & TÉTARD, P. (orgs.) *Questões para a história do tempo presente*. Bauru/SP: Edusc, 1999, p. 9-18.

⁵² FIORIN, José Luiz. O corpo nos estudos da semiótica francesa. In: SILVA, Ignacio Assis (org.). *Corpo e sentido: a escuta do sentido*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

O corpo em si, as relações estabelecidas através e a partir dele, e as imagens que se constituem historicamente são percepções, na perspectiva de Henri Bergson. Segundo ele: “Nossas percepções estão certamente impregnadas de lembranças, e inversamente uma lembrança [...] não se faz presente a não ser tomando de emprestado o corpo de alguma percepção onde se insere”⁵³. Todavia, tendo as diferentes fontes discursivas, podemos entender o corpo envelhecido também enquanto representação, na perspectiva de Roger Chartier⁵⁴, pois a representação se dá no trabalho de classificação e exclusão, de configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e de um espaço.

Parece fato que as novas gerações repudiam menos os idosos/as. À medida que essa população conquistou visibilidade, aceitabilidade e foi além do *status* de cidadania adquirido com a aposentadoria a partir da década de 1960, incorporou-se a noção de respeito e, a velhice, antes um peso, ganhou leveza. A aposentadoria não é mais privilégio de algumas categorias profissionais – tornou-se um direito universal, e até uma imposição (como servidores e funcionários públicos). A remuneração de idosos/as garantiu participação ativa e decisiva desses milhares, que se tornaram protagonistas de um tempo cujos destinos incertos discutem a fragilidade da idade e fortaleza dos poderes adquiridos.

Há que se considerar o peso que as mulheres representam (fator quantitativo), que incide nos aspectos que qualificam a configuração cultural e dão subjetividade à mesma.

Referências

ALBORGHETTI, Patricia França. *Envelhecimentos e conjugalidade: um estudo de gênero com casais idosos em Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2003. (Dissertação de Mestrado em Psicologia).

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

⁵³ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.70.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 27.

BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELO, Isolda. Velhice: anatomia política dos discursos dominantes. *Ciência & Trópico*. Recife, v. 24, n. 1, p.39-56, jan/jun. 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. 4. ed. Vol.1. São Paulo: Brasiliense.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. 2.ed.São Paulo: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

CAMARANO, A.A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Revista Estudos Avançados*. 17 (49). São Paulo: Edusp, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUVEAU, A & TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru/SP: Edusc, 1999.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.

_____. Envelhecimento e curso da vida. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ. Vol. 5. n.1, 1997.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos – seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESTATÍSTICAS do Século XX. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FIORIN, José Luiz. O corpo nos estudos da semiótica francesa. SILVA, Ignacio Assis (org.). *Corpo e sentido: a escuta do sentido*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis. UFSC. v.1,n.1,1993.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente: da antiguidade ao renascimento*. Lisboa: Teorema, 1999.

MOTTA, Alda B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*. Campinas/São Paulo: Unicamp. n. 13, 1999.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*. Ano 8. Vol.2, 2000.

SANT'ANNA, Denise B. *Corpos de passagem*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANT'ANNA, Mara Rubia. *O velho no espelho: um cidadão que envelheceu*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC. Vol. 13. n.1, 2005.

SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Ou um plenário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.